

Açu Petróleo S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais da controladora e consolidado	8
Demonstrações dos resultados da controladora e consolidado	10
Demonstrações dos resultados abrangentes da controladora e consolidado	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado	13
Demonstrações do valor adicionado da controladora e consolidado	14
Notas explicativas das demonstrações financeiras	15



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Açú Petróleo S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Açú Petróleo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Açú Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas 3(j) e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria avaliou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui na rubrica de receita líquida, o montante de R\$ 481.122 mil, decorrentes da prestação de serviços de transbordo de carga líquida de petróleo.</p> <p>A Companhia detém contratos que possuem cláusulas de take-or-pay, que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima independentemente de sua realização física, caso o cliente da Companhia não exerça o direito de realizá-las dentro do prazo estabelecido. Estes contratos possuem datas de início e fim que por vezes não coincidem com a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e possuem variação do número mínimo de operações estabelecidas para cada contrato.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza desses contratos e ao risco de reconhecimento de receita inadequada no final do período, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes de desenho e implementação de controle interno associado ao processo de reconhecimento de Receita, incluindo a revisão do reconhecimento adequado no período correto. <p>Efetuamos análise dos contratos de serviços de transbordo, onde inspecionamos o objeto dos contratos, cláusulas de termo de duração, cláusulas de preços e ajustes, cláusulas de take or pay, quando aplicável, cláusulas de faturamento e cláusulas de penalidade.</p> <p>Obtivemos 100% das notas fiscais geradas e as documentações suporte relacionadas à prestação de serviço observando se estão em nome da Companhia, confrontando o valor com o saldo registrado na contabilidade e avaliando se foram reconhecidas no período adequado.</p> <p>Inspecionamos saldo em extrato bancário para as receitas reconhecidas no período já recebidas.</p> <p>Cruzamos o número total de operações ocorridas no período com o número de operações acordadas em contrato.</p> <p>Adicionalmente, obtivemos as notas fiscais emitidas no período de 01/01/2022 a 31/01/2022 e inspecionamos a respectiva documentação suporte relacionada à prestação de serviço com o objetivo de avaliar se foram reconhecidas no período adequado.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita de contrato com cliente, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

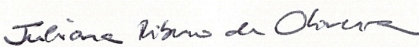
Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP – 014428/O-6 F -RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira

Contadora CRC RJ – 095335/O-0

Açu Petróleo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.170	5.804	4.267	5.804
Títulos e valores mobiliários	5	137.281	420.991	137.281	420.991
Clientes	7	34.290	20.865	34.290	20.865
Impostos a recuperar	8	3.593	11.680	3.593	11.680
IRPJ e CSLL a recuperar	8	2.191	-	2.191	-
Despesas antecipadas		12.843	15.303	12.843	15.303
Outros ativos circulantes		148	56	148	56
		<u>194.516</u>	<u>474.699</u>	<u>194.613</u>	<u>474.699</u>
Não circulante					
Clientes	7	1.059	777	1.059	777
Outros ativos não circulantes		192	192	192	192
Depósitos vinculados	6	108.232	100.788	108.232	100.788
Investimento		129	-	-	-
Imobilizado	10	1.764.023	1.709.782	1.764.023	1.709.782
Direito de uso de arrendamento		1.508	1.931	1.508	1.931
Intangível	11	63.886	63.431	63.918	63.431
		<u>1.939.029</u>	<u>1.876.901</u>	<u>1.938.932</u>	<u>1.876.901</u>
Total de ativos		<u>2.133.545</u>	<u>2.351.600</u>	<u>2.133.545</u>	<u>2.351.600</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	13.288	36.644	13.288	36.644
Empréstimos e financiamentos	13	74.801	54.913	74.801	54.913
Salários e encargos recolher		8.501	6.401	8.501	6.401
Contas a pagar com partes relacionadas	9	6.940	12.905	6.940	12.905
Impostos e contribuições a recolher	14	4.425	1.613	4.425	1.613
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	-	150	-	150
Adiantamento de clientes		-	4.785	-	4.785
Passivo de arrendamento		436	395	436	395
Outros passivos circulantes		-	8	-	8
		108.391	117.814	108.391	117.814
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	1.166.428	1.148.577	1.166.428	1.148.577
Impostos diferidos	8	167.394	133.254	167.394	133.254
Passivo de arrendamento		830	1.266	830	1.266
		1.334.652	1.283.097	1.334.652	1.283.097
Patrimônio líquido					
Capital social	16	213.262	588.262	213.262	588.262
Reserva de capital		29.451	29.451	29.451	29.451
Prejuízos acumulados		(1.111)	(85.953)	(1.111)	(85.953)
Ajuste acumulado de conversão		448.900	418.929	448.900	418.929
		690.502	950.689	690.502	950.689
Total de passivos e patrimônio líquido		2.133.545	2.351.600	2.133.545	2.351.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita líquida de serviços	17	481.122	399.421	481.122	399.421
Custo dos serviços prestados	18	<u>(266.706)</u>	<u>(219.751)</u>	<u>(266.706)</u>	<u>(219.751)</u>
Lucro bruto		<u>214.416</u>	<u>179.670</u>	<u>214.416</u>	<u>179.670</u>
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(34.179)	(23.208)	(34.180)	(23.208)
Perdas de crédito esperadas		(15)	24	(15)	24
Outras receitas/despesas operacionais		<u>-</u>	<u>(199)</u>	<u>-</u>	<u>(199)</u>
Resultado de equivalência patrimonial		<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>180.207</u>	<u>156.287</u>	<u>180.221</u>	<u>156.287</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	37.334	843	37.334	843
Despesas financeiras	20	<u>(83.798)</u>	<u>(108.166)</u>	<u>(83.812)</u>	<u>(108.166)</u>
		<u>(46.464)</u>	<u>(107.323)</u>	<u>(46.478)</u>	<u>(107.323)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>133.743</u>	<u>48.964</u>	<u>133.743</u>	<u>48.964</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(29.808)	(30.470)	(29.808)	(30.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	<u>(19.093)</u>	<u>(93.984)</u>	<u>(19.093)</u>	<u>(93.984)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>84.842</u>	<u>(75.490)</u>	<u>84.842</u>	<u>(75.490)</u>
Resultado por ação					
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	21	0,1898	(0,1689)	0,1898	(0,1689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	84.842	(75.490)	84.842	(75.490)
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste acumulado de conversão	<u>29.971</u>	<u>345.597</u>	<u>29.971</u>	<u>345.597</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>114.813</u>	<u>270.107</u>	<u>114.813</u>	<u>270.107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	199.262	929.451	(10.463)	73.332	1.191.582
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(75.490)	-	(75.490)
Aumento de capital (nota 16)	900.000	(900.000)	-	-	-
Redução de capital (nota 16)	(511.000)	-	-	-	(511.000)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	345.597	345.597
Saldo em 31 de dezembro de 2020	588.262	29.451	(85.953)	418.929	950.689
Lucro líquido do exercício	-	-	84.842	-	84.842
Aumento de capital (nota 16)	-	-	-	-	-
Redução de capital (nota 16)	(375.000)	-	-	-	(375.000)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	29.971	29.971
Saldo em 31 de dezembro de 2021	213.262	29.451	(1.111)	448.900	690.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	133.743	48.964	133.743	48.964
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	109.158	98.009	109.158	98.009
Juros sobre empréstimos	65.929	49.793	65.929	49.793
Amortização do custo de transação	5.865	3.695	5.865	3.695
Perdas de crédito esperadas	15	(24)	15	(24)
Resultado de equivalência patrimonial	15	-	-	-
Resultado com operações de renda variável	6.167	7.075	6.167	7.075
Variação cambial	(36.663)	33.062	(36.663)	33.062
	284.229	240.574	284.214	240.574
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Impostos a recuperar	8.655	13.899	8.655	13.899
Clientes	(16.473)	34.107	(16.473)	34.107
Contas a receber com partes relacionadas	-	5.403	-	5.403
Despesas antecipadas	3.475	(11.772)	3.475	(11.772)
Outros ativos circulantes	(86)	435	(86)	435
Fornecedores	(25.197)	22.306	(25.197)	22.306
Contas a pagar com partes relacionadas	(6.685)	(5.411)	(6.685)	(5.411)
Impostos e contribuições a recolher	2.606	(873)	2.606	(873)
Salários e encargos recolher	1.576	(917)	1.576	(917)
Outros passivos circulantes	(16)	(212)	(16)	(212)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(29.967)	(23.860)	(29.967)	(23.860)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	222.117	273.679	222.102	273.679
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(13.392)	(29.679)	(13.392)	(29.679)
Aquisição de intangíveis	(162)	(56)	(162)	(56)
Aquisição de controlada	(108)	-	-	-
(Aplicação)/Resgate de Títulos e valores mobiliários	280.140	(332.777)	280.140	(332.777)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	266.478	(362.512)	266.586	(362.512)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Custos de Transação	-	(2.252)	-	(2.252)
Depósitos vinculados	-	(40.386)	-	(40.386)
Pagamento de juros de empréstimos	(66.393)	(44.648)	(66.393)	(44.648)
Pagamento principal de empréstimos	(45.830)	(65.706)	(45.830)	(65.706)
Redução de capital	(375.000)	(511.000)	(375.000)	(511.000)
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	747.881	-	747.881
Passivo de arrendamento	(545)	(501)	(545)	(501)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(487.768)	83.388	(487.768)	83.388
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	827	(5.445)	920	(5.445)
No início do exercício	5.804	5.427	5.804	5.427
No final do exercício	4.170	5.804	4.267	5.804
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	2.461	(5.822)	2.457	(5.822)
	827	(5.445)	920	(5.445)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações do valor adicionado da controladora e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Receita de serviços	542.110	450.037	542.110	450.037
Perdas de crédito esperada	(15)	24	(15)	24
	542.095	450.061	542.095	450.061
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(156.167)	(121.763)	(156.167)	(121.763)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.755)	(5.965)	(8.755)	(5.965)
	(164.922)	(127.728)	(164.922)	(127.728)
Valor adicionado bruto	377.173	322.333	377.173	322.333
Depreciação e amortização	(109.157)	(98.009)	(109.157)	(98.009)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	268.016	224.324	268.016	224.324
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(15)	-	-	-
Receitas financeiras	37.334	843	37.334	843
Valor adicionado total a distribuir	305.335	225.167	305.350	225.167
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal				
Remuneração direta	18.868	13.098	18.868	13.098
Benefícios	1.923	1.286	1.923	1.286
FGTS	517	372	517	372
	21.308	14.756	21.308	14.756
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	102.713	178.265	102.713	178.265
Municipais	11.669	9.049	11.669	9.049
	114.382	187.314	114.382	187.314
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	83.748	97.945	83.748	97.945
Aluguéis	278	254	278	254
Outras	777	388	792	388
	84.803	98.587	84.818	98.587
Remuneração de capitais próprios				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	82.842	(75.490)	82.842	(75.490)
Valor adicionado total distribuído	305.335	225.167	305.350	225.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

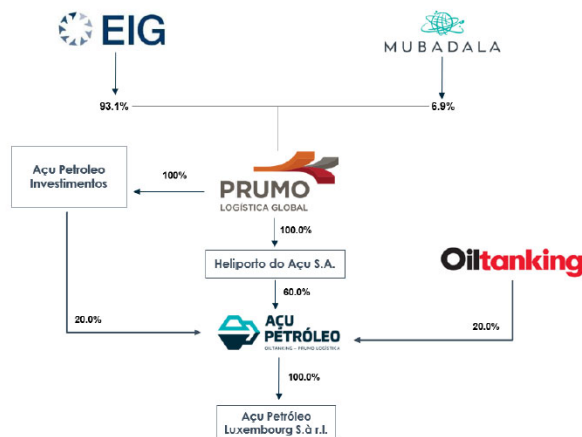
Açu Petróleo S.A. (“Açu Petróleo” ou a “Companhia”), está domiciliada no Brasil, com sede na Rua Lauro Muller - 116, edifício Rio Sul Center, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como “Companhia”). A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de “double-banking transshipment”, que ocorre quando os navios estão atracados em píer, com serviço de logística de transporte de carga líquida.

O terminal da Açu Petróleo possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km, sendo que dois deles, os berços Norte e Central, tem capacidade para receber até navios exportadores tipo (Very Large Crude Carrier (“VLCC”)) e o berço Sul, com capacidade para operar até navios Suezmax. O referido terminal (“T-Oil”), está licenciado para a movimentação de até 1,2 milhão (*) de barris de óleo por dia.

(*) Informação não auditada.

1.1 Estrutura acionária

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:



Companhia	Tipo do investimento	Atividade principal	País	% participação acionária	
				31.12.2021	31.12.2020
Açu Petróleo Luxembourg(i)	Direto	Investimento	Luxemburgo	100,00%	-

(i) Subsidiária adquirida em 2 de dezembro de 2021 (vide Nota 1.3)

1.2 Impactos da pandemia de Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) classificou a doença COVID-19 como uma “emergência de saúde pública de caráter internacional”. A Empresa tomou várias medidas para monitorar e prevenir os efeitos do COVID-19, incluindo medidas de saúde e segurança para seus funcionários (como distanciamento social e trabalho remoto) e ações para garantir o fornecimento de materiais essenciais ao processo produtivo da Empresa.

Durante todo o período da pandemia, não houve quebras contratuais ou interrupções nas operações, considerando que a Companhia realiza uma atividade considerada essencial.

Da mesma forma, não foram observadas interrupções na cadeia de suprimentos. Os clientes da Companhia continuaram a operar e não foram recebidos avisos de quebras contratuais por força maior ou alterações nos termos dos contratos.

Não houve um número significativo de funcionários diagnosticados com Covid-19 e o trabalho remoto não impactou significativamente as operações.

Em resumo, neste momento, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos em nossas operações nem no valor justo dos ativos e passivos da Companhia. No entanto, se a pandemia continuar por um longo período de tempo ou aumentar de intensidade nas regiões onde a Companhia opera, as condições financeiras ou os resultados das operações da Companhia podem ser afetados negativamente. Estamos monitorando continuamente o mercado externo e interno e tomando medidas rápidas para conter qualquer dano.

1.3 Destaques do exercício de 2021

Reestruturação de capital

Em 23 de junho de 2021, os acionistas da Companhia decidiram ajustar a estrutura de capital da Companhia e aprovaram uma redução de capital no valor de R\$ 375.000 reduzindo o capital social de R\$588.262 para R\$ 213.262. Portanto o capital social da companhia é R\$213.262. O objetivo da redução de capital está detalhado na nota explicativa Nº 16.

Aquisição da AP Luxembourg

Em 2 de dezembro de 2021, a Açu Petróleo S.A. adquiriu a subsidiária “Açu Petróleo Luxembourg S.à.rl” sociedade de responsabilidade limitada (société à responsabilité limitée) constituída e existente de acordo com as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo (“Luxemburgo”), com sede em 6, rue Eugène Ruppert, L-2453 Luxemburgo, Grão-Ducado do Luxemburgo e inscrita no Registo de Comércio e Sociedades do Luxemburgo (Registre de commerce et des sociétés, Luxemburgo) para fins específicos de emissão de títulos de dívida no mercado de capitais internacional.

Nova empresa controladora

Em 17 de dezembro de 2021, a Prumo realizou uma reorganização societária interna, segundo a qual a Heliporto do Açu S.A., ou Heliporto, subsidiária integral da Prumo, adquiriu a totalidade da participação de 60% da Prumo na Açu Petróleo, tornando-se nossa acionista. A Heliporto não possui outras operações além da participação acionária na Açu Petróleo.

2 Base de preparação e apresentação da demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, a legislação societária, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, tem por objetivo evidenciar a riqueza criada pela Companhia, conforme exigido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), deste modo a mesma é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em 14 de Março de 2022. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram eventos subsequentes que possam ter efeito sobre estas demonstrações até a referida data. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos títulos e valores mobiliários, que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do principal ambiente econômico em que está inserido e deve ser a moeda que melhor reflete os negócios e operações da Companhia. A administração concluiu que o dólar norte-americano (“US\$”) é sua moeda funcional. Essa conclusão está baseada nos indicadores primários e secundários previstos no CPC 02 (R2) / IAS 21, norma contábil que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e da conversão das demonstrações financeiras.

A moeda de apresentação é a moeda em que as demonstrações financeiras são apresentadas e normalmente definida em função de obrigações legais da Companhia. Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do período;
- Contas do resultado pela taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrências das transações;

- Demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média anual; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação;

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter suas operações são as seguintes:

	Taxa de fechamento		Taxa de média	
	2021	2020	2021	2020
Reais ("R\$")	5,5805	5,1967	5,3956	5,1578
Euro ("EUR" or "€")	1,1324	1,227	1,1827	1,1423

d. Uso de julgamentos e estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. A Companhia realiza revisão de suas premissas ao menos anualmente. As revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a julgamentos e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** – reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos;
- **Nota 15** – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências;

As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referem-se principalmente a julgamentos realizados para a definição do dólar norte-americano como moeda funcional, em consonância com o CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Quando os indicadores para a determinação da moeda funcional não é um processo tão óbvio, a administração deve se valer de julgamento para determinar a moeda funcional que representa com maior fidedignidade os efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes. Para a realização deste julgamento, a administração considera as seguintes características:

- A moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços da Companhia é o dólar norte-americano. A Companhia entende que parte substancial das transações de sua operação tem como base os preços definidos em dólar americano, ainda que sejam contratos com clientes e fornecedores domésticos. Com exceção do contrato com a Petrobras, todos os demais contratos da companhia são referenciados em dólar norte americano, à exemplo dos contratos de "Take-or-Pay" mencionados na nota 23.
- A moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de bens ou serviços é o dólar norte-americano, considerando que a Companhia possui custos diretamente ligados a operação denominados em dólar, a exemplo das tarifas portuárias e custos com o operador portuário Oiltanking Serviços Ltda. (vide nota 9).

- Os financiamentos obtidos junto a U.S. International Development Finance Corporation (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento, são denominados em dólar e representam a totalidade dos empréstimos obtidos, que são recursos utilizados para financiamento da operação da Companhia.

Com base nas definições supracitadas e nas características apresentadas, a Companhia entende ser adequada a definição do dólar norte-americano como moeda funcional.

e. Novas normas e requerimentos atualmente vigentes

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021:

- Contratos onerosos – custo para cumprir um contrato (Alterações ao CPC 25/ IAS 37)
- Concessões de aluguel relacionadas ao COVID-19 (Alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receita antes do Uso Pretendido (Alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguros;

Com base na avaliação da administração, essas novas normas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas. As políticas contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pela adoção da política contábil de consolidação, que não era aplicável anteriormente, descrita a seguir.

Principais políticas contábeis:

a. Base de consolidação

Subsidiárias

As subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia “controla” uma entidade quando está exposta a, ou tem direito a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o controle se inicia até a data em que o controle cessa. O controle da empresa Açu Petróleo Luxembourg se iniciou em dezembro do ano de 2021, passando assim a ter a necessidade de divulgação das nossas demonstrações financeiras de forma consolidada. Para o ano de 2020, divulgamos somente para fins de comparabilidade.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas e despesas não realizadas (exceto ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira) decorrentes de transações intragrupo são eliminados.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas subsidiárias pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do balanço. Ativos e passivos não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data da transação. As diferenças de moeda estrangeira são geralmente reconhecidas no resultado e apresentadas nas despesas financeiras.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança do modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui instrumentos que se qualifiquem como mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA).

Todos os demais ativos financeiros, não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivo assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AAA e AA+, baseado nas principais agências de *rating*, sendo elas S&P, Moodys e Fitch.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimentos das exposições de risco. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de créditos externos das contrapartes.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se exclusivamente ao investimento em fundo cambial, realizado para proteger o caixa mantido em reais das oscilações de câmbio do dólar americano, pois a Açu Petróleo adota o dólar americano como moeda funcional. A Companhia também possui fundos de investimento de renda fixa. Esses ativos financeiros possuem liquidez imediata e estão apresentados no ativo circulante.

Depósitos vinculados

São recursos mantidos em dólares americanos em contas no exterior, servindo como garantias exigidas pelo acordo de financiamento com a *U.S. International Development Finance Corporation* (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Por possuírem pouca liquidez, estes depósitos não são classificados como equivalentes de caixa e, com base em sua expectativa de realização, são apresentados no ativo não circulante

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. A Companhia usou uma abordagem similar à utilizada para caixa e equivalente de caixa na avaliação da perda de crédito esperada.

Clientes

As taxas de perda são baseadas nas experiências reais de perda de crédito verificadas nos últimos anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

c. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia inclui:

- Rendimentos de juros;
- Despesa de juros;
- O ganho ou perda líquida em ativos financeiros no valor justo por meio do resultado;
- O ganho ou perda cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- O ganho na remensuração ao valor justo de qualquer participação preexistente em uma adquirida em uma combinação de negócios;

Ao calcular a receita e a despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não apresenta perda de crédito) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, para ativos financeiros que tenham sofrido perda de crédito após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo não estiver mais com imparidade de crédito, o cálculo da receita de juros será revertido para a base bruta.

d. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, conforme mencionado na Nota 10.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas de depreciação também podem ser observadas na nota explicativa Nº 10.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Ativos intangíveis compreendem principalmente o direito de acesso, conforme mencionado na Nota 11, e que têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. As taxas de amortização dos ativos mencionados, podem ser observados, também na respectiva nota explicativa 11.

O direito de acesso refere-se ao contrato firmado com as partes relacionadas Porto do Açu e Ferroport denominado Port Access Agreement, aditado em abril de 2013. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo. O contrato tem como objeto principal a concessão, pela Ferroport, do direito de acesso às instalações portuárias do Terminal T1 ("T1") à Companhia, seus representantes e clientes.

f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Como a operação atual da Companhia se refere à operação de um único terminal portuário, para fins da avaliação da eventual redução ao valor recuperável, os ativos imobilizados são considerados uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Imposto de renda e contribuição social

No Brasil, o imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em Luxemburgo, o imposto sobre o rendimento ("CIT") possui taxa de 17%, adicionado ao imposto municipal sobre as empresas ("MBT") à taxa de 6,75% no município de Luxemburgo e à contribuição para o fundo de desemprego à taxa de 7% da taxa do IRC. A carga fiscal global combinada do imposto sobre as sociedades situa-se, assim, em 24,94%.

A Açu Petróleo Luxembourg estará sujeita a um imposto anual sobre o patrimônio líquido ("NWT") a uma taxa de 0,5% para a faixa de patrimônio líquido até 500 milhões de euros e a uma taxa de 0,05% para a faixa de patrimônio líquido superior a 500 milhões de euros. A Açu Petróleo Luxembourg estará também sujeita a um NWT mínimo, cujo montante depende da composição e do montante do balanço da Açu Petróleo Luxembourg.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apurados na moeda funcional (dólar americano) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira local (real ou euro). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor do resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecido em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Moeda estrangeira

Moeda estrangeira é qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela taxa da transação ou pela taxa média mensal.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado na linha de variação cambial do resultado financeiro.

Itens não monetários são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos utilizando a taxa de conversão na data da transação.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas a cada data de reporte.

j. Receita de transbordo de petróleo

A Companhia avaliou os seus contratos com clientes e verificou as obrigações de performance e o preço da transação para cada obrigação de performance. O termo “obrigação de performance”, no que se refere à norma contábil, diz respeito à obrigação da companhia desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço ao cliente.

Os contratos da companhia, com exceção da Petrobras, possuem cláusulas de *take-or-pay*, com variação do número de operações para cada contrato. As cláusulas de *take-or-pay* são mecanismos contratuais que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima de operações *double banking*, independentemente de sua realização física, caso o cliente não exerça o direito de realiza-las dentro do prazo estabelecido.

Para estes casos, a Companhia reconhece as receitas de *breakage* (quebra) quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos é remota e para as operações *double banking* físicas, as obrigações de *performance* são consideradas atendidas no momento da desconexão dos mangotes, ao final de cada operação, conforme previsão contratual. Desse modo, após satisfeitas as condições precedentes desta obrigação de *performance*, as receitas são reconhecidas de acordo com o preço identificado para cada contrato, ou seja, à medida que cada operação é realizada.

Adicionalmente, em atendimento ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, a Companhia divulga, separadamente, os valores referentes às perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) sobre quaisquer recebíveis ou ativos de contrato provenientes de contratos da entidade com clientes, para os quais a entidade deve divulgar separadamente das perdas por redução ao valor recuperável de outros contratos.

k. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados, pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos.

l. Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, transbordo de petróleo, que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões pelos principais tomadores de decisão da Açu Petróleo.

m. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

n. Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas foram emitidas com datas de adoção efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que a adoção antecipada das normas, embora incentivada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Contratos onerosos (alterações à CPC25/IAS 37);
- PP&E: Produto antes do uso pretendido (alteração à CPC 27/IAS 16);
- Referência à estrutura conceitual (alteração à CPC15/IFRS 3);

Não se espera que as normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários	2.210	3.793	2.307	3.793
Aplicações financeiras de curto prazo	1.960	2.012	1.960	2.012
(-) Perdas de crédito esperadas	-	(1)	-	(1)
Total	4.170	5.804	4.267	5.804

O montante de caixa e equivalentes de caixa inclui basicamente saldos mantidos em contas correntes, *onshore*, no banco Citibank. Além desses saldos, a Companhia possui recursos aplicados em um Fundo de Investimento em Renda Fixa, junto ao Citibank, que possui liquidez de D+1, e as cotas estão prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
Fundo cambial	137.281	420.991
Total	137.281	420.991

Os títulos são classificados como valor justo por meio de resultado e referem-se exclusivamente ao fundo cambial junto ao BNP. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento de D+1, e está sujeito a um significativo risco de mudança de valor e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização.

A redução do saldo de títulos e valores mobiliários no exercício decorreu da redução do capital social solicitada pelos acionistas. Vide detalhes na nota 16.

6 Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados da Companhia referem-se a recursos mantidos em dólares norte-americanos no montante de R\$ 108.241 (R\$ 100.797 em 31 de dezembro de 2020) em contas offshore. Os empréstimos e financiamentos adquiridos com a “US International Development Finance Corporation (DFC)”, de acordo com as condições descritas na nota 13 - item (c), têm como garantia depósitos vinculados, sendo um requisito de reserva relacionada à dívida e reserva da tarifa portuária. Os saldos desses depósitos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são conforme abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
Depósitos vinculados	108.241	100.797
(-) Perdas de crédito esperadas	(9)	(9)
Total	108.232	100.788

7 Clientes

	Consolidado	
	2021	2020
Contas a receber	35.386	21.664
(-) Perda de crédito esperadas	(37)	(22)
Total	35.349	21.642
Circulante	34.290	20.865
Não Circulante	1.059	777

As informações sobre a concentração de receita estão demonstradas no item Risco de Crédito na Nota 23.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados por níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Nível de Risco	Rating ⁽¹⁾	2021			2020		
		Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	A vencer	35.386	0,1%	(37)	21.664	0,1%	(22)
Total		35.386	-	(37)	21.664	-	(22)

Movimentação de perda de crédito esperadas

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	(22)	(44)
Adições	(15)	22
Total	(37)	(22)

(1) Rating e Taxa de Perda interna da Companhia

8 Impostos

a. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2021	2020
IRPJ e CSLL a recuperar	2.191	-
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	2.191	-
Impostos a recuperar		
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	1.165	4.110
Crédito não cumulativo ("PIS")	588	1.370
Crédito não cumulativo ("COFINS")	1.499	5.392
Imposto sobre serviços ("ISS")	285	521
Outros	56	287
	3.638	11.680
Total	5.784	11.680

b. Impostos de renda diferido ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2021, os impostos diferidos totalizaram saldos passivos de R\$ 167.394 (R\$ 133.254 em 31 de dezembro de 2020).

	Consolidado	
	2021	2020
Impostos diferidos	2021	2020
Prejuízos fiscais	3.353	7.215
Base negativa de contribuição social	2.609	2.597
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos resultados	784	364
Perdas de créditos esperadas	5	8
Variação cambial – regime de caixa	49.620	25.867
Arrendamentos – CPC 06(R2) /IFRS 16	67	66
Provisão	1.473	1.907
Perda com renda variável	6.518	7.335
Outros	877	272
Total dos ativos fiscais diferidos	65.306	45.631
Diferença temporária Taxa de Depreciação	(11.091)	-
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários (a)	(221.609)	(178.885)
Total dos passivos fiscais diferidos	(232.700)	(178.885)
Total dos impostos passivos diferidos, líquidos	(167.394)	(133.254)

- (a) De acordo com o CPC 32/IAS 12, diferenças temporárias surgem quando as alterações nas taxas de câmbio causam alterações na base fiscal e não na base contábil. Esta situação geralmente ocorre quando uma entidade tem uma moeda funcional diferente da moeda do país em que está domiciliada. Conforme descrito na Nota 2.d, a moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda corrente da localidade onde a Açu Petróleo está estabelecida, que é o real.

c. Reconciliação do imposto de renda – demonstração do resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	133.743	48.964
Imposto de renda e contribuição a alíquota nominal (34%)	(45.473)	(16.648)
Ajustes para derivar a alíquota efetiva:		
Ajustes permanentes à base tributável	(1.150)	3.549
Efeito da moeda funcional sobre o imobilizado	(24.126)	(106.622)
Efeito da moeda funcional sobre o intangível	(6.329)	(4.534)
Efeito da moeda funcional sobre o direito de uso	(105)	-
Efeito da moeda funcional sobre o custo de transação	2.025	-
Diferenças entre base de apresentação e fiscal*	27.608	(4.239)
Demais adições e exclusões	(1.351)	4.040
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(48.901)	(124.454)
Alíquota efetiva	(37%)	(254%)
IR e CSLL corrente	(29.808)	(30.470)
IR e CSLL diferido	(19.093)	(93.984)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(48.901)	(124.454)

(*) Impostos diferidos ativos e passivos são atualizados pela taxa atual de cada período de relatório. Por sua vez, os itens em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado à taxa de câmbio média, gerando outras diferenças fiscais entre a base tributária e a moeda funcional da Empresa.

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia, como segue:

Valores a pagar

Contas a pagar com partes relacionadas	Consolidado	
	2021	2020
Oiltanking Açu Serviços Ltda (a)	4.377	9.404
Oiltanking Terminais Ltda (b)	310	132
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (c)	2.094	2.861
Porto do Açu Operações S.A. (d)	133	47
Prumo Logística S.A. (e)	26	461
Total	6.940	12.905

(a) Controlada do acionista minoritário da Companhia - o montante refere-se a gastos com operação e manutenção do terminal.

- (b) Essa empresa faz parte do grupo econômico do acionista da Companhia. Esse gasto refere-se a reembolso de custos com a diretoria de operações.
- (c) Entidade controlada em conjunto do acionista controlador da Companhia - O montante refere-se a despesas com segurança Patrimonial e SSO (Segurança e Saúde Ocupacional), e custo de tarifa portuária.
- (d) Entidade controlada pelo acionista controlador da Companhia - o montante refere-se a reembolso de custos de serviços compartilhados.
- (e) Acionista controlador - o montante refere-se a reembolso de custos de serviços compartilhados.

Efeito no resultado

	Consolidado	
	Despesas e Custos	
	2021	2020
Oiltanking Açu Serviços Ltda (a)	31.478	29.632
Oiltanking Terminais Ltda (b)	1.631	889
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (c)	22.478	25.582
Porto do Açu Operações S.A. (d)	355	460
Prumo Logística S.A. (d)	281	1.251
Consórcio Dome Serviços Integrados (e)	262	-
Total	56.485	57.814

- (a) O montante refere-se a reembolso com gastos com operação e manutenção do terminal.
- (b) Essa empresa faz parte do grupo econômico do acionista da Companhia. Esse gasto refere-se a reembolso de custos com a diretoria de operações.
- (c) O montante refere-se a tarifas portuárias e reembolso de despesas com segurança patrimonial e SSO (Segurança e Saúde Ocupacional).
- (d) O montante refere-se a reembolso de custos de serviços compartilhados.
- (e) O montante refere-se a reembolso de custos com suporte a manutenção de defensas pneumáticas e movimentação de carga.

A política de governança corporativa da Companhia exige que os membros do conselho de administração monitorem e gerenciem potenciais conflitos de interesses de executivos, membros do conselho, a fim de evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, em especial, transações inadequadas entre partes relacionadas.

Os montantes referentes à remuneração dos membros chave da Administração estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
Pró-labore/Salários (*)	6.636	3.488
Bônus	3.991	3.621
Benefícios e encargos	2.400	1.617
Total	13.027	8.726

(*) Inclui remuneração para membros da administração, conselho e comitê de auditoria.

Contrato de Alocação de Ativos

O Contrato de Alocação de Ativos, originalmente datado de 15 de julho de 2011, aditado e atualizado periodicamente pela Anglo Brazil, pela Açu Petróleo e pelo Operador Portuário (Ferroport) e por outras partes, prevê a transferência de titularidade e propriedade do Operador Portuário para a Anglo Brazil de certos ativos, incluindo materiais e equipamentos, e, enquanto o ativo pertencer a Anglo Brazil, a Companhia concederá ao Operador Portuário o direito de operar e manter os ativos. Além disso, o Contrato de Alocação de Ativos rege a propriedade das Instalações Compartilhadas (cavalete de acesso, píer de minério de ferro, quebra-mar, canal de acesso, bacia de torneamento e área de atracação), que são de propriedade conjunta (condomínio para o indiviso) do Açu Petróleo, Operador Portuário e Anglo Brasil devido aos acordos de financiamento estabelecidos no contrato.

A Companhia poderá movimentar, nas instalações portuárias, cargas que estejam previstas em sua autorização obtida perante ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, excluído o minério de ferro. A prioridade de acesso e uso das instalações portuárias pela Ferroport abrange o recebimento, armazenamento, manuseio e carregamento de minério de ferro de uma mina de propriedade ou de propriedade direta ou indireta da Anglo American e suas afiliadas. Em contraprestação ao direito de acesso e utilização das instalações portuárias, como canal de acesso e quebra-mar, a Companhia deverá pagar à Ferroport uma tarifa mensal.

Pagamento baseado em ações da controladora

Com o fechamento do capital em 2018 da Prumo Logística S.A., acionista controladora da Companhia, o plano de pagamento baseado em ações foi substituído no segundo trimestre de 2019, oferecendo os direitos de valorização de ações, com liquidação em caixa, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Prumo. Para a Companhia, o plano mencionado é aplicável apenas a um executivo da Companhia. Neste plano de remuneração com base em ações liquidáveis em caixa (“*Phantom Options*”) para retenção dos executivos, pagável em caso de ocorrência de evento de liquidez, a Companhia recebe os serviços como contraprestações dos direitos outorgados. As condições de aquisição dos direitos de valorização de ações incluem o transcurso de um período de 5 anos para atingir 100% dos direitos e em 31 de dezembro de 2021 havia apenas 50% do *vesting* (em 31 de dezembro de 2020, 36% de *vesting*). Não houve exercício dos direitos durante o período.

A Companhia levou em consideração os termos e condições do plano, que exigem retornos esperados em caixa, para calcular o valor justo desses direitos e concluiu que não há efeitos relevantes a serem registrados nas suas demonstrações financeiras.

10 Imobilizado

A composição do imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2021	Líquido 31/12/2020
Quebra Mar - T1	1,67	585.194	(59.622)	525.572	495.456
Pier - T1	1,67	304.065	(35.057)	269.008	252.885
Canal - T1	6,67	836.294	(192.025)	644.269	614.799
Benfeitorias	4	1.155	(463)	692	947
Instalações	10	6.083	(787)	5.296	4.471
Móveis e utensílios	10	1.317	(385)	932	960
Equipamentos de informática	20	6.284	(5.515)	769	976
Máquinas e equipamentos	10	318.747	(168.348)	150.399	157.311
Terrenos		128.145	-	128.145	120.413
		2.187.284	(462.202)	1.725.082	1.648.218
Adiantamentos para formação de imobilizado		-	-	-	1.399
Obras em andamento e equipamentos em construção		38.941	-	38.941	60.165
		38.941	-	38.941	61.564
Total		2.226.225	(462.202)	1.764.023	1.709.782

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Quebra Mar - T1	1,67	542.388	(46.932)	495.456	392.633
Pier - T1	1,67	280.502	(27.617)	252.885	202.916
Canal - T1	6,67	744.963	(130.164)	614.799	518.391
Benfeitorias	4	1.195	(248)	947	903
Instalações	10	4.918	(447)	4.471	516
Móveis e utensílios	10	1.248	(288)	960	730
Equipamentos de informática	20	5.757	(4.781)	976	1.556
Máquinas e equipamentos	10	297.720	(140.409)	157.311	160.041
Terrenos		120.413	-	120.413	93.429
		1.999.104	(350.886)	1.648.218	1.371.115
Adiantamentos para formação de imobilizado		1.399	-	1.399	633
Obras em andamento e equipamentos em construção		60.165	-	60.165	28.392
		61.564	-	61.564	29.025
Total		2.060.668	(350.886)	1.709.782	1.400.140

Todos os ativos imobilizados da Companhia estão localizados no Brasil.

Movimentação de custo

	2020		Movimentação			2021
	Custo	Adições	Baixa	Transfe- rências*	Ajuste de conversão	Custo
Quebra Mar - T1	542.388	3.203	(134)	(324)	40.061	585.194
Pier - Terminal portuário - T1	280.502	2.919	(73)	-	20.717	304.065
Canal T1	744.963	3.962	(190)	32.540	55.019	836.294
Benfeitoria	1.195	-	(128)	-	88	1.155
Instalações	4.918	882	-	(78)	361	6.083
Móveis e utensílios	1.248	-	(22)	-	91	1.317
Equipamentos de informática	5.757	346	(246)	-	427	6.284
Máquinas e equipamentos	297.720	335	-	(1.295)	21.987	318.747
Terrenos	120.413	-	(1.992)	831	8.893	128.145
	1.999.104	11.647	(2.785)	31.674	147.644	2.187.284
Adiantamentos para formação de imobilizado	1.399	-	(1.501)	-	102	-
Obras em andamento e equipamentos em construção	60.165	13.070	(7.065)	(31.674)	4.445	38.941
	61.564	13.070	(8.566)	(31.674)	4.547	38.941
Total	2.060.668	24.717	(11.351)	-	152.191	2.226.225
	2019		Movimentação			2020
	Custo	Adições	Baixa	Transfe- rências*	Ajuste de conversão	Custo
Quebra Mar - T1	420.682	-	-	(1)	121.707	542.388
Pier - Terminal portuário - T1	219.474	-	-	(1.544)	62.572	280.502
Canal T1	584.586	-	-	(5.474)	165.851	744.963
Benfeitoria	923	4	-	-	268	1.195
Instalações	762	24	-	3.926	206	4.918
Móveis e utensílios	883	105	-	-	260	1.248
Equipamentos de informática	4.325	185	-	(2)	1.249	5.757
Máquinas e equipamentos	244.125	760	-	(12.906)	65.741	297.720
Terrenos	93.429	-	-	-	26.984	120.413
	1.569.189	1.078	-	(16.001)	444.838	1.999.104
Adiantamentos para formação de imobilizado	633	511	-	-	255	1.399
Obras em andamento e equipamentos em construção	28.392	29.389	-	(4.456)	6.840	60.165
	29.025	29.900	-	(4.456)	7.095	61.564
Total	1.598.214	30.977	-	(20.457)	451.934	2.060.668

(*) O total de R\$ 20.457 refere-se a crédito de PIS/COFINS.

Movimentação da depreciação acumulada

	Depreciação 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	Depreciação 31/12/2021
Quebra Mar - T1	(46.932)	(10.586)	1.362	-	(3.466)	(59.622)
Pier - Terminal portuário - T1	(27.617)	(6.200)	798	-	(2.038)	(35.057)
Canal - T1	(130.164)	(59.734)	7.483	-	(9.610)	(192.025)
Benfeitorias	(248)	(201)	6	-	(20)	(463)
Instalações	(447)	(385)	78	-	(33)	(787)
Móveis e utensílios	(288)	(95)	22	-	(24)	(385)
Equipamentos de informática	(4.781)	(988)	608	-	(354)	(5.515)
Máquinas e equipamentos	(140.409)	(30.894)	13.326	-	(10.371)	(168.348)
Total	(350.886)	(109.083)	23.683	-	(25.916)	(462.202)

	Depreciação 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	Depreciação 31/12/2020
Quebra Mar - T1	(28.049)	(6.835)	-	-	(12.048)	(46.932)
Pier - Terminal portuário - T1	(16.558)	(3.979)	-	-	(7.080)	(27.617)
Canal - T1	(66.195)	(28.442)	-	-	(35.527)	(130.164)
Benfeitorias	(20)	(169)	-	-	(59)	(248)
Instalações	(246)	(89)	-	-	(112)	(447)
Móveis e utensílios	(153)	(66)	-	-	(69)	(288)
Equipamentos de informática	(2.769)	(777)	-	-	(1.235)	(4.781)
Máquinas e equipamentos	(84.084)	(19.838)	-	-	(36.487)	(140.409)
Total	(198.074)	(60.195)	-	-	(92.617)	(350.886)

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do ativo imobilizado.

11 Intangível

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste de conversão	Saldo 31/12/2021
Custo							
Direito de acesso	3,54	75.617	-	(833)	-	5.586	80.370
Licença de software	20	1.937	233	(17)	-	141	2.294
Marcas e patentes		58	-	-	-	3	61
Outros		-	32	-	-	-	32
		<u>77.612</u>	<u>265</u>	<u>(850)</u>	<u>-</u>	<u>5.730</u>	<u>82.757</u>
Amortização acumulada							
Direito de acesso		(13.701)	-	(525)	(2.949)	(1.017)	(18.192)
Licença de software		(480)	-	(36)	(103)	(28)	(647)
		<u>(14.181)</u>	<u>-</u>	<u>(561)</u>	<u>(3.052)</u>	<u>(1.045)</u>	<u>(18.839)</u>
Total		<u>63.431</u>	<u>265</u>	<u>(1.411)</u>	<u>(3.052)</u>	<u>4.685</u>	<u>63.918</u>
	Taxa anual de amortização (%)	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste de conversão	Saldo 31/12/2020
Custo							
Direito de acesso	3,54	58.295	496	-	-	16.826	75.617
Licença de software	20	1.447	56	-	-	434	1.937
Marcas e patentes		44	-	-	-	14	58
		<u>59.786</u>	<u>552</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.274</u>	<u>77.612</u>
Amortização acumulada							
Direito de acesso		(8.210)	-	-	(2.556)	(2.935)	(13.701)
Licença de software		(287)	-	-	(73)	(120)	(480)
		<u>(8.497)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.629)</u>	<u>(3.055)</u>	<u>(14.181)</u>
Total		<u>51.289</u>	<u>552</u>	<u>-</u>	<u>(2.629)</u>	<u>14.219</u>	<u>63.431</u>

Direito de acesso

O ativo intangível que compreende o “direito de acesso”, conforme mencionado na Nota 3.e, possui vida útil definida de 27 anos e é mensurado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A amortização desse intangível teve início em outubro de 2014 com a operação do terminal T1. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo.

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do intangível.

12 Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores de R\$ 13.288 (R\$ 36.644 em 31 de dezembro de 2020) representa as obrigações da Companhia decorrentes das compras de produtos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Deste modo, esta rubrica contém as obrigações provenientes de serviços, materiais e equipamentos operacionais e administrativos. Para 31 de dezembro de 2021, temos uma redução em comparativo com 31 de dezembro de 2020 devido ao fim da manutenção da dragagem realizada durante o último exercício.

13 Empréstimos e financiamentos

	2021				2020	
	Vencimento	Moedas e taxas	Principal	Juros e atualização monetária	Total	Total
DFC	30/10/2035	Dólar + 6,17% a.a.	339.044	3.487	342.531	346.963
DFC	30/10/2035	Dólar + 6,46% a.a.	150.171	1.617	151.788	153.911
DFC	30/10/2035	Dólar + 4,62% a.a.	776.545	5.979	782.524	732.747
(-) Custo de transação			<u>(35.614)</u>	-	<u>(35.614)</u>	<u>(30.131)</u>
Total			<u>1.230.146</u>	<u>11.083</u>	<u>1.241.229</u>	<u>1.203.490</u>
Circulante					74.801	54.913
Não circulante					1.166.428	1.148.577

Em maio de 2017, a Açu Petróleo obteve financiamento no valor de US\$80 milhões junto à U.S. International Development Finance Corporation (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Em maio de 2018, a Companhia obteve mais US\$35 milhões de financiamento (equivalente a R\$ 130 milhões), e em junho de 2020, a Companhia obteve mais US\$145 milhões de financiamento, totalizando US\$260 milhões de liberação, de uma linha de crédito no valor total de até US\$350 milhões.

O financiamento vencerá em outubro de 2035, com taxa de juros de 6,17% ao ano para o primeiro tranche (US\$80 milhões), 6,46% ao ano para o segundo tranche (US\$35 milhões) e 4,62% ao ano para o terceiro tranche (US\$145 milhões), conforme evidenciado na tabela anterior. A dívida é em dólar e possui um cronograma de amortização do principal e de pagamento de juros em parcelas semestrais.

Conforme pode ser observado na nota 25 (eventos subsequentes), a Companhia liquidou integralmente a dívida em 10 de fevereiro de 2022.

Adicionalmente, a administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos, sobre empréstimos e financiamentos é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsecamente ligado à obtenção de recursos com o objetivo de equilibrar a estrutura de capital da Companhia.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Empréstimos e financiamentos

Movimentação do ano	Fluxo de caixa				Efeito não caixa					Saldo final
	Saldo inicial	Captação / (Liquidação)	Juros pagos	Adição de custos de transação	Juros	Variação cambial	Ajuste de conversão	Outros	Amortização de custos de transação	
2021	1.203.490	(45.830)	(66.393)	-	65.929	(9.021)	87.189	-	5.865	1.241.229
2020	389.726	682.175	(44.648)	(2.252)	49.793	8.595	117.987	(1.581)	3.695	1.203.490

Depósitos vinculados a financiamentos

Movimento do ano	Fluxo de caixa		Efeito não caixa		Saldo final
	Saldo inicial	Aporte	Ajuste de conversão		
2021	100.797	-	7.444		108.241
2020	46.616	40.386	13.790		100.797

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor da U.S. International Development Finance Corporation (DFC), com relação ao empréstimo são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Açu Petróleo; (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Açu Petróleo; (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas e (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de “*Offtake*” relevantes da Açu Petróleo. Maiores informações sobre os depósitos vinculados ao empréstimos, podem ser observados na nota explicativa N° 6.

Cláusulas restritivas (Covenants)

O financiamento da DFC está sujeito a cláusulas de covenants financeiros que são avaliadas anualmente, a administração também monitora os indicadores de covenant trimestralmente, que são:

- (a) A relação dívida financeira/patrimônio líquido não superior à 70:30;
- (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (Debit Service Cover Ratio - DSCR) histórico não inferior a 1.15. O DSCR Histórico é um indicador de saúde financeira utilizado pela Companhia para monitorar a capacidade de pagamento de dívidas e é calculado dividindo-se a geração operacional de caixa líquida de impostos nos últimos quatro trimestres pela dívida total paga nos últimos quatro trimestres.
- (c) Taxa projetada de cobertura do serviço da dívida de pelo menos 1,3 a 1 para (a) desembolso das parcelas 1 e 2, (b) quaisquer reduções de capital, (c) distribuição de dividendos e (d) pagamentos aos acionistas; e um requisito de reserva relacionado às contas de reserva de serviço da dívida e à conta de reserva de tarifa portuária.

Em 2021 e 2020, não houve quebra de covenants na Companhia.

14 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	2021	2020
ISS	801	515
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	220	238
PIS/COFINS	3.315	819
Outros	89	41
Total dos impostos a recolher - circulante	4.425	1.613
IRPJ/CSLL	-	150
Total do imposto de renda e contribuição social a recolher - circulante	-	150

15 Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões devem ser feitas para todos os processos judiciais e administrativos para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

a. Provisão para contingências

As provisões para perdas decorrentes de processos judiciais são estimadas e atualizadas pela Companhia, com base em análises dos consultores jurídicos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum processo envolvendo risco provável de perda.

b. Passivos contingentes

A Companhia possui passivos contingentes cujos processos são debatidos tanto na esfera administrativa quanto na judicial e cuja expectativa de perda é classificada como possível e para os quais o reconhecimento de provisão não é considerado necessário pela Companhia. Com base nos pareceres jurídicos, a apresentação dos processos classificados com perda esperada como possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Processos tributários (I)	1.838	1.780
Processos trabalhistas (II)	-	61
Total	1.838	1.841

(I) Processos tributários - Os passivos contingentes tributários mais relevantes estão associados aos processos relativos à cobrança de IRRF e a compensação de Imposto de Renda e homologação da Declaração de Compensação (DCOMP) do imposto de renda retido na fonte.

(II) Havia um processo trabalhista em andamento em 2020, encerrado em março de 2021, em razão de um acordo entre as partes homologado em sentença.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

Acionistas	2021		2020	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Prumo Logística	-	-	268.225.386	60,00
Heliporto do Açu	268.225.386	60,00	-	-
Açu Petróleo Investimentos	89.408.462	20,00	89.408.462	20,00
Oiltanking	89.408.462	20,00	89.408.462	20,00
Total	447.042.310	100,00	447.042.310	100,00

Em 8 de maio de 2020, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social no valor de R\$ 900.000, com utilização de saldo da reserva de capital, com emissão de novas ações e mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Em 30 de julho de 2020, nossos acionistas decidiram ajustar a estrutura de capital da Companhia e aprovaram uma redução de capital no valor de R\$ 511.000, reduzindo o capital social da Companhia de R\$ 1.099.262 para R\$ 588.262. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social não sofreu alterações.

Em 23 de junho de 2021, nossos acionistas decidiram ajustar a estrutura de capital da Companhia e aprovaram uma redução de capital no valor de R\$ 375.000, reduzindo o capital social da Companhia de R\$ 588.262 para R\$ 213.262.

Os acionistas decidiram em 17 de dezembro de 2021 transferir as 268.225.386 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da Prumo Logística para a Heliporto do Açu, em reorganização societária interna, segundo a qual a Prumo Logística aprovou o aumento de capital da Heliporto do Açu SA (“Heliporto”), subsidiária integral da Prumo Logística, mediante aporte de ações representativas 60% do capital social da Açu Petróleo, tornando-se acionista da Açu Petróleo. A Heliporto não possui outras operações além de sua participação acionária na Açu Petróleo.

O objetivo das operações mencionadas anteriormente era ajustar a estrutura de capital da Companhia para uma estrutura mais adequada e em linha com os objetivos dos acionistas.

b. Reserva de capital

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital compõe-se de reserva de ágio na subscrição de ações. Mediante a deliberação da assembleia de acionistas, os valores podem ser destinados ao aumento de capital social, podendo eventualmente ter outra destinação como compensação de prejuízo ou mesmo distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021, a reserva de capital é de R\$ 29.451 (R\$ 29.451 em 31 de dezembro de 2020).

c. Distribuição de dividendos

O atual Estatuto Social da Companhia aprovado conforme ata da AGE que deliberou sua reforma e consolidação, datada de 20 de outubro de 2020, e prevê a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer, após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente (i) 5% para a formação da Reserva Legal, podendo ser dispensada caso seu saldo (a) exceda 20% do Capital Social; ou (b) acrescido o montante das reservas de capital, exceda 30% do Capital Social; (ii) até 70% será destinado à reserva especial para arcar com as despesas de capital (capital expenditure) e custos relacionadas (Operational Expenditure, ou seja, de manutenção para as despesas de capital expenditure), (ii) até a quantia equivalente em Reais a US\$ 3 milhões, necessária ao pagamento dos custos operacionais (de acordo com as naturezas da nota 18) da Companhia e SG&A (despesas de acordo com as naturezas da nota 19), será destinada a reserva de capital mínimo, e (iv) caso existente, 100% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia possui restrições à distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social, as quais são disposições transitórias e permanecerão vigentes até o cumprimento integral das obrigações previstas no Contrato de Financiamento celebrado entre a Companhia e a Overseas Private Investment Corporation (“OPIC”), em 26 de novembro de 2016, o qual foi posteriormente cedido para a US. International Development Finance Corporation (“DFC”).

De acordo com o Contrato de Financiamento os pagamentos a acionistas somente poderão ocorrer (i) por meio dos recursos disponíveis em uma conta vinculada (“Distribution Account”), que é a última em ordem de prioridade de 7 contas de depósito das receitas da Companhia; ou (ii) quando for (a) antes da finalização dos projetos financiados pelo referido Contrato de Financiamento, somente para o caso de reembolso de investimento de capital dos Acionistas Principais, cumulado a outros requisitos, ou (b) depois da finalização dos projetos financiados pelo referido Contrato de Financiamento, somente após realizado o pagamento de determinada quantidade de parcelas do valor principal, cumulado a outros requisitos.

d. Ajuste acumulado de conversão

O montante de ajuste acumulado de conversão refere-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da moeda funcional (dólar americano) para a moeda de apresentação (real).

Como os itens do ativo e do passivo são convertidos pela mesma taxa, a taxa corrente, e os itens do patrimônio líquido são inicialmente convertidos por outras taxas (históricas), diferentes da taxa corrente; surgem diferenças resultantes destes dois critérios, que são representadas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão, que compõe os Outros Resultados Abrangentes.

17 Receita líquida de serviços

Os principais contratos da Companhia estão relacionados aos serviços de *double banking transshipment*. Todos os clientes da Companhia são nacionais.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de serviços de <i>double banking transshipment</i>	542.110	449.298
Receita de serviço de monitoramento de embarcação	-	739
Impostos sobre serviços prestados (PIS/COFINS/ISS)	(60.988)	(50.616)
Total	481.122	399.421

As receitas são reajustadas anualmente em sua maioria pelo índice PPI dos EUA, e a fatura é emitida para pagamento em até 30 dias após cada operação de transbordo realizada no T-Oil.

18 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2021	2020
Custo de pessoal	(2.563)	(1.520)
Serviços de terceiros	(9.101)	(6.849)
Vigilância e segurança	(1.443)	(832)
Aluguéis e arrendamentos	(1.908)	(1.622)
Depreciações e amortização	(107.977)	(96.464)
Seguros diversos	(4.682)	(3.942)
Serviços portuários	(137.431)	(106.822)
Tributos e taxas	(1.475)	(1.077)
Materiais de apoio	(126)	(623)
Total	(266.706)	(219.751)

19 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2021	2020
Salários e encargos	(22.363)	(15.195)
Serviços de terceiros	(5.139)	(2.704)
Aluguéis e arrendamentos	(278)	(254)
Representações e eventos	(85)	(73)
Materiais de consumo	(9)	(43)
Viagens e estadias	(26)	(80)
Licença de software	(779)	(388)
Depreciação e amortização	(1.180)	(1.544)
Impostos e taxas	(827)	(61)
Outras despesas	(921)	(659)
Custos compartilhados	(2.572)	(2.207)
Total	(34.179)	(23.208)

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	64	156	64	156
Juros ativos	607	687	607	687
Variação cambial	36.663	-	36.663	-
	37.334	843	37.334	843
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimo	(66.073)	(51.259)	(66.073)	(51.259)
Despesas bancárias	(246)	(242)	(246)	(242)
IOF	(50)	(554)	(50)	(554)
Multa e juros	(95)	(66)	(95)	(66)
Comissões e corretagens	(11.286)	(9.773)	(11.286)	(9.773)
Perdas em investimento de renda variável	(5.895)	(13.077)	(5.895)	(13.077)
Juros s/ arrendamento	(146)	-	(146)	-
Outros	(7)	(133)	(22)	(133)
Variação cambial	-	(33.062)	-	(33.062)
	(83.798)	(108.166)	(83.813)	(108.166)
Total	(46.464)	(107.323)	(46.479)	(107.323)

21 Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação foi baseado no lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico pela inexistência de efeitos potencialmente dilutivos nos períodos apresentados.

	2021	2020
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	84.842	(75.490)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação no exercício	447.042.310	447.042.310
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	0,1898	(0,1689)

22 Compromissos assumidos

A Companhia assumiu compromissos de compras futuras no valor de R\$95.399 (R\$99.384 em 31 de dezembro de 2020), que deverão ser cumpridos na continuidade das atividades da Companhia. Os compromissos estão segregados por moeda de acordo com a tabela a seguir.

Compromissos 2021:

	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2027	Total
Reais							
Administrativo	2.653	571	246	175	175	1.748	5.568
Operacional	19.286	8.973	8.097	2.582	214	-	39.152
Comercial	71	71	-	-	-	-	142
	22.010	9.615	8.342	2.757	389	1.748	44.862
Dólar							
Operacional	25.398	6.401	6.401	6.401	187	2.625	47.413
Administrativo	223	223	223	223	223	2.009	3.124
	25.621	6.624	6.624	6.624	411	4.634	50.537
	47.631	16.239	14.966	9.381	800	6.382	95.399

Compromissos 2020:

	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2026	Total
Reais							
Administrativo	7.719	1.667	434	318	165	1.814	12.117
Jurídico	36	-	-	-	-	-	36
Operacional	47.703	11.975	5.332	5.206	5.195	3.009	78.420
	55.458	13.642	5.766	5.524	5.360	4.823	90.573
Dólar							
Administrativo	448	212	212	212	212	2.128	3.424
Comercial	11	11	11	11	11	123	178
Euro							
Administrativo	798	-	-	-	-	-	798
Operacional	4.411	-	-	-	-	-	4.411
	5.668	223	223	223	223	2.251	8.811
	61.126	13.865	5.989	5.747	5.583	7.074	99.384

De acordo com os requerimentos de divulgação do IAS 16/CPC 27 - Ativo imobilizado, destacam-se na tabela abaixo os valores de compromissos assumidos referentes a ativos imobilizados:

	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2027	Total
Reais							
Administrativo	1.089	-	-	-	-	-	1.089
Operacional	5.785	2.960	2.960	2.170	214	-	14.089
	6.874	2.960	2.960	2.170	214	-	15.178

Ressalta-se que a tabela de compromissos assumidos já contempla os valores de compromissos assumidos de imobilizado apresentados acima.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retorno sobre capital no planejamento plurianual.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e as respectivas classificações dos instrumentos financeiros consolidados:

	2021			2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4.267	-	-	5.804	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	137.281	-	-	420.991
Depósitos vinculados	108.232	-	-	100.788	-	-
Clientes	35.349	-	-	21.642	-	-
Outros ativos circulantes	148	-	-	56	-	-
	147.996	-	137.281	128.290	-	420.991
Passivos						
Fornecedores	13.288	-	-	36.644	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.241.229	-	-	1.203.490	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	6.940	-	-	12.905	-	-
Passivo de arrendamento	1.266	-	-	1.661	-	-
Outros passivos circulantes	-	-	-	9	-	-
	1.262.723	-	-	1.254.709	-	-

Valor justo

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo, conforme seguem as definições.

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram observados apenas instrumentos financeiros classificados como Nível 2 e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, apenas para referência, são de R\$ 1.241.229 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.203.490 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor consiste em empréstimo com a U.S. International Development Finance Corporation, e por ser um mercado exclusivo, é considerado como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, é considerado como valor justo o valor contábil.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detinha contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. A Companhia gerencia e controla as exposições a riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que otimiza o retorno.

Risco de crédito

A Companhia aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ela considera serem capazes de prever o risco de perda e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistente com as definições de classificação de crédito externas.

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Abaixo estão relacionados os instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito:

	Consolidado	
	2021	2020
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.267	5.804
Títulos e valores mobiliários	137.281	420.991
Depósitos vinculados	108.232	100.788
Clientes	35.349	21.642
Outros ativos circulantes	148	56

Os valores de perda de crédito esperado referente aos instrumentos financeiros supracitados, podem ser observados nas notas explicativas 4, 5, 6 e 7.

O risco de crédito nos recebíveis geralmente não é diversificado devido ao número limitado de clientes com os quais a Companhia trabalha. A tabela a seguir representa uma composição das concentrações em relação ao total da receita no período:

	Consolidado	
	2021	2020
Percentual da receita:		
Shell	64%	58%
Galp	18%	21%
Outros	18%	21%

Risco cambial

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Nesse sentido, o endividamento refere-se ao empréstimo, em dólares norte-americanos com a U.S. International Development Finance Corporation (DFC). O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida vem das operações da Companhia, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente pelo índice de inflação norte-americano PPI e pelo IPCA. Parte dos resultados operacionais estão suscetíveis ao risco de variação cambial. Tendo em vista que os passivos estão em Real e a moeda funcional da Companhia é Dólar, a apreciação do real frente ao dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa da Açu Petróleo. Com relação ao endividamento, a administração da Companhia entende que o fato de o serviço da dívida e a receita da Açu Petróleo estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

Como a moeda funcional da Açu Petróleo é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda onde a Açu Petróleo está estabelecida, que é o Real, uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real frente ao Dólar norte-americano pode afetar a mensuração dos instrumentos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado da Companhia.

Esta análise de risco para a flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia, considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021:

Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	13.288	-	-	-	-	13.288
Empréstimos e financiamentos	65.108	64.181	172.086	470.202	938.824	1.710.401
Passivo de Arrendamento	271	271	542	361	-	1.445
Total por faixa de vencimento	78.667	64.452	172.628	470.563	938.824	1.725.134

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020:

Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	36.644	-	-	-	-	36.644
Empréstimos e financiamentos	54.383	53.708	120.397	451.500	1.020.871	1.700.859
Passivo de Arrendamento	274	284	517	910	-	1.661
Outros passivos circulantes	-	9	-	-	-	9
Total por faixa de vencimento	91.301	54.001	120.914	452.410	1.020.871	1.739.497

Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros

A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) /IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, conforme abaixo. Como a moeda funcional da Companhia é o dólar, esta exposição se dá nesta moeda funcional, sendo os valores expostos em reais da tabela abaixo se tratam dos valores em dólares reconvertidos para a moeda de apresentação.

(em milhares, nas moedas indicadas)	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2021 R\$	Cenário +25% (II)	Cenário +50% (III)	Cenário -25% (IV)	Cenário -50% (V)
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	R\$	4.267	5.329	6.395	3.198	2.132
Clientes	R\$	35.349	44.191	53.029	26.514	17.676
Outros ativos	R\$	148	181	218	109	73
Total		39.764	49.701	59.642	29.821	19.881
Passivos						
Fornecedores	R\$	13.288	16.609	19.931	9.965	6.644
Outras contas a pagar com partes relacionadas	R\$	6.940	8.678	10.413	5.207	3.471
Passivo de arrendamento	R\$	1.266	1.583	1.900	950	633
Total		21.494	26.870	32.244	16.122	10.748
Premissas adotadas:						
Cotação do dólar americano		5,5805	6,9756	8,3708	4,1854	2,7903

(III) Aumento de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2021.

(IV) Aumento de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2021.

(V) Diminuição de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2021.

(VI) Diminuição de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2021.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratação de seguros para seus ativos, lucros cessantes e riscos de possíveis danos causados a terceiros em decorrência de suas operações, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras Companhias de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os principais riscos cobertos eram:

	Consolidado	
	2021	2020
Riscos operacionais		
Danos materiais	472.724	546.246
Responsabilidade Civil	1.121.100	1.039.340
Lucros Cessantes	336.973	310.004
Risco de dano ao meio ambiente	279.025	259.835

25 Eventos subsequentes

Integralização da reserva e redução de capital

Em 11 de janeiro de 2022, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social no valor de R\$ 29.451, com utilização de saldo da reserva de capital alterando seu capital social de R\$213.262 para R\$ 242.713, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Em 12 de janeiro de 2022, os acionistas decidiram ajustar a estrutura de capital da Companhia e aprovaram uma redução de capital no valor de R\$200.713, com devolução de recursos aos acionistas. O objetivo das operações mencionadas anteriormente foi ajustar a estrutura de capital da Companhia para uma estrutura mais adequada e em linha com os objetivos dos acionistas e da Companhia.

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na subsidiária

Em 11 janeiro de 2022, a Açu Petróleo realizou um empréstimo sem juros a sua subsidiária Açu Petróleo Luxembourg, no montante total de U\$19.342, o qual foi convertido em adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no mesmo valor, em 13 de janeiro de 2022, mediante contribuição em espécie (*contribution in kind*) de saldos anteriormente destinado a uma reserva relacionada à dívida com a DFC e mantidos em contas offshore.

Em 13 de janeiro de 2022, a Açu Petróleo realizou um aumento de capital, em sua subsidiária Açu Petróleo Luxembourg, sem aumento de ações, no montante total de U\$16.399, mediante contribuição em dinheiro.

Mútuo entre partes relacionadas

Em 13 de janeiro de 2022, a Açu Petróleo concorda, de acordo com os termos e condições do contrato firmado entre as partes, em fazer um mútuo sem juros à Prumo Logística na data deste instrumento no valor total de R\$ 43.353. O vencimento deste mútuo é 13 de janeiro de 2035.

Nova estruturação de dívida - Senior Secured Notes

A subsidiária Açu Petróleo Luxembourg emitiu, em 13 de janeiro de 2022, títulos de dívida no mercado de capitais internacional, na forma de *senior secured notes*, no montante total de US\$600.000, à taxa de 7,500% a.a. e vencimento em 13 de julho de 2035, por intermédio do Banco Goldman Sachs (“Emissão”). A amortização dos juros é semestral, nos dias 13 de janeiro e 13 de julho de cada ano. A Emissão está em linha com a estratégia do grupo, tendo como finalidade a alavancagem de seus negócios.

Os recursos oriundos da Emissão foram captados pela Açu Petróleo e NewCo por meio de Nota de Crédito de Exportação (NCE) adquirida pelo Banco Itaú e de debênture cambial subscrita pelo Banco Santander, respectivamente, as quais foram vinculadas a notas de crédito (CLN) adquiridas pela Açu Petróleo Luxembourg. A captação via NCE permitiu a internalização de US\$350.000, enquanto a captação via debênture cambial representou uma internalização no montante de US\$250.000.

Em razão desta nova dívida, em 14 de janeiro de 2022, a Açu Petróleo, constituiu uma reserva no montante de US\$ 23.717 em contas offshore com o Banco Citibank e R\$45.140 em contas onshore a serem depositadas no fundo cambial já detido pela Companhia, destinadas aos recursos da dívida com a finalidade de “*escrow*” e seu valor só poderá ser liberado ou desvinculado após liquidação da dívida.

Pré-pagamento de dívida anterior à Emissão

Em 10 de fevereiro 2022, a Açu Petróleo, utilizando parte dos recursos oriundos da Emissão, quitou integralmente seu financiamento com a International Development Finance Corporation (DFC), no montante de R\$1.212.929.

Em razão desta liquidação, o recurso no montante de US\$ 19.395, anteriormente destinado a uma reserva relacionada à dívida com a DFC e mantidos em contas offshore, foi liberado, ficando a Emissão como único financiamento vigente.

Reestruturação societária

Em 11 de fevereiro de 2022, outra subsidiária detida integralmente pela Prumo Logística, a CL RJ 012 Empreendimentos e Participações S.A. (“NewCo”), adquiriu as 89.408.462 ações ordinárias da então acionista Oiltanking, equivalentes a 20% do total de ações da Açu Petróleo, ocasionando uma alteração na estrutura societária da Açu Petróleo, passando assim o Grupo Prumo a possuir 100% do controle acionário da Companhia.

Mudança na composição do conselho

Em 11 de fevereiro de 2022, o conselheiro Holger Cristian Donath renunciou ao cargo de conselheiro da Companhia.

Composição do Conselho de Administração

Em 31 de dezembro de 2021

Pedro Pullen Parente
Presidente

Kevin Lee Lowder
Membro do Conselho

Jorge Marques de Toledo Camargo
Membro do Conselho

Carlos Tadeu da Costa Fraga
Membro do Conselho

Holger Cristian Donath
Membro do Conselho

Lavinia Hollanda
Membro Independente do Conselho

Patricia Helena Fonseca Garcia
Membro Independente do Conselho

Composição da Diretoria

Victor Jorge Snabaitis Bomfim
Diretor Presidente

Nicholas John Burridge
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Pereira Goulart
Diretor Comercial

Alfredo Nilton Lafuente Covarrubias
Diretor de Engenharia, Manutenção e Operação

Contador

Mariana Begossi
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 094602/O